

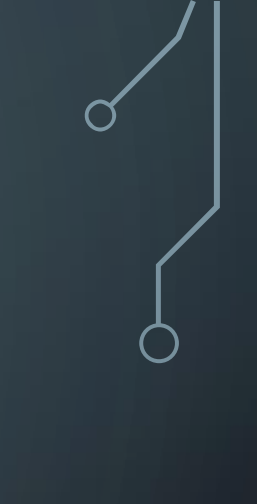

SEMINÁRIO

ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO

DESAFIOS PARA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS LEI Nº 13.146, DE 2015





**NA DATA DE HOJE TENHO O ORGULHO DE
COMEMORAR O 1º ANIVERSÁRIO DESTE TÃO
SONHADO DOCUMENTO LEGAL, NA EXPECTATIVA
DE QUE ELE SEJA VALIOSO E CELEBRADO POR
MUITOS E MUITOS ANOS MAIS À FRENTE!**

**TRABALHAMOS COM VEEMÊNCIA E
DETERMINAÇÃO INCANSÁVEIS PARA QUE A
VOTAÇÃO EM PLENÁRIO E A CONSEQUENTE
TRANSFORMAÇÃO DO PROJETO EM LEI ORDINÁRIA
SE TORNASSEM UMA REALIDADE.**

DEP. CELSO RUSSOMANNO





LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

**SEGUNDO A SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, CONTAMOS
COM:**

LEIS: 39

DECRETOS: 27

NORMAS CONSTITUCIONAIS: 3

LEI COMPLEMENTAR: 1

PORTARIA: 1

Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Decreto Nº 8.368, de 2 de Dezembro de 2014 - Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Decreto Nº 6.949, de 25 de Agosto de 2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Lei Complementar Nº 142, de 8 de Maio de 2013 - Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

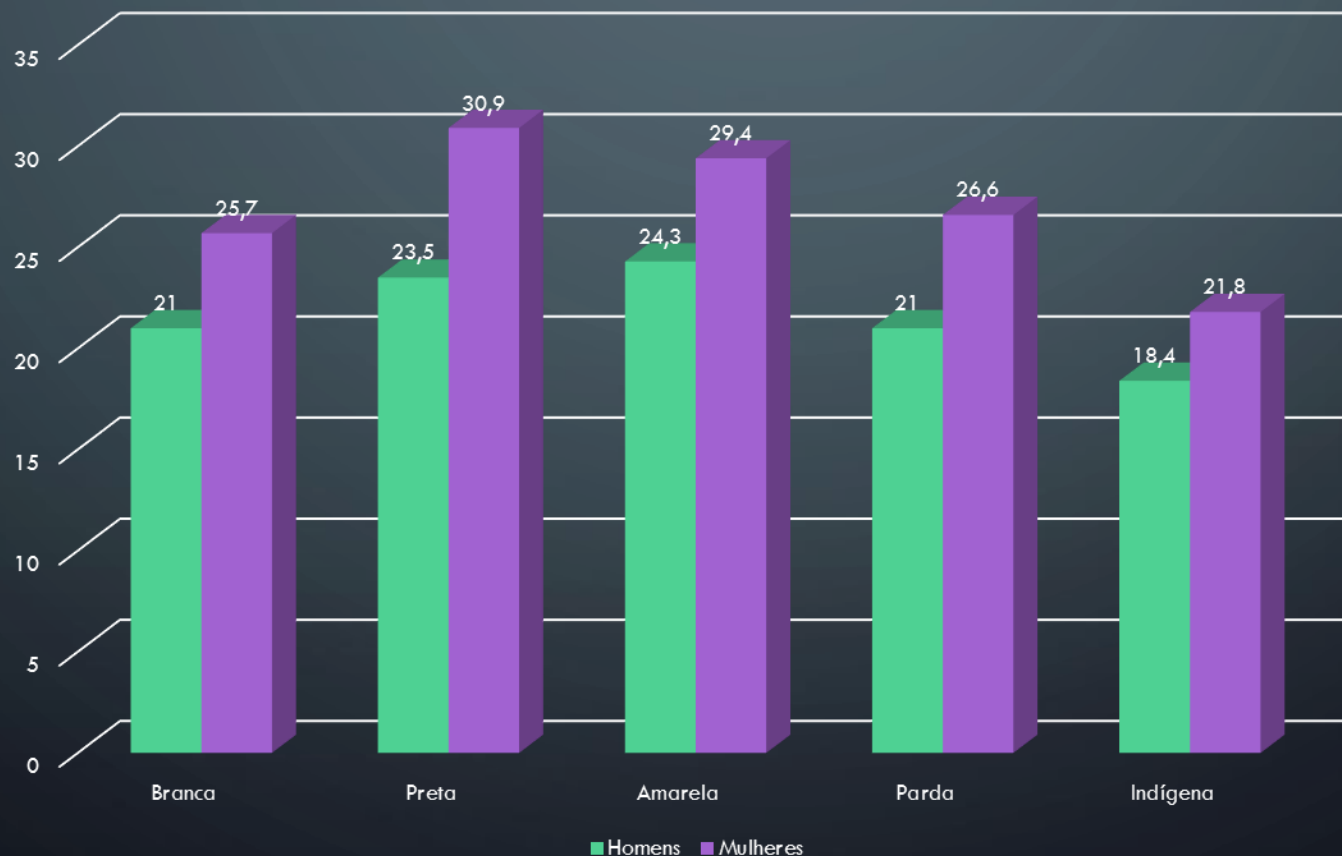
Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MPOG/AGU Nº 01/2014 - Aprova o instrumento destinado à avaliação do segurado da Previdência Social e à identificação dos graus de deficiência, bem como define impedimento de longo prazo, para os efeitos do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

AVANÇOS TRAZIDOS PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

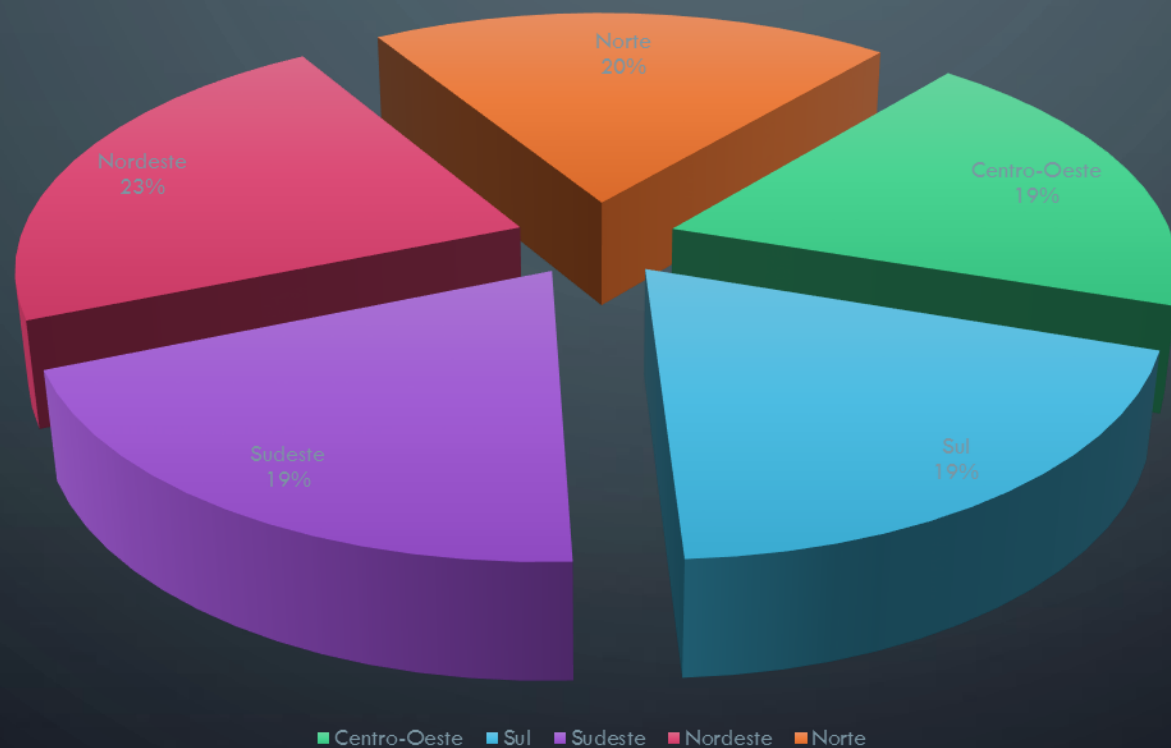
- Proibição da cobrança de valores adicionais em matrículas e mensalidades de instituições de ensino privadas;
- Passa a ser obrigatória a acessibilidade em sites da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no Brasil, ou por órgãos de governo;
- Quem impedir ou dificultar o ingresso da pessoa com deficiência em planos privados de saúde está sujeito a pena de dois a cinco anos de detenção, além de multa; outros direitos a alguém, em razão de sua deficiência;

- A mesma punição se aplica a quem negar emprego, recusar assistência médico-hospitalar ou outros direitos a alguém, em razão de sua deficiência;
- Empresas de serviço de táxi deverão reservar 10% das vagas para condutores com deficiência;
- Além dos 2% de vagas para pessoas com deficiência em estacionamentos públicos, agora estacionamentos menores deverão ter no mínimo uma vaga destinada a esse público;
- 10% dos dormitórios de hotéis e pousadas devem ser acessíveis, com no mínimo uma unidade acessível garantida;
- O trabalhador com deficiência pode recorrer ao FGTS quando receber prescrição de órtese ou prótese para promover a sua acessibilidade;
- Para escolas inclusivas, o Estado deve oferecer educação bilíngue, em Libras como primeira língua e português como segunda.

PESSOAS COM PELO MENOS UMA DEFICIÊNCIA, POR SEXO E RAÇA OU COR (%)



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM PELO MENOS UMA DAS DEFICIÊNCIAS INVESTIGADAS POR GRANDES REGIÕES DO BRASIL – 2010



The background is a dark blue gradient. In the corners, there are decorative white line art elements resembling circuit boards or neural networks, with lines and small circles.

DEPUTADO CELSO RUSSOMANNO

Câmara dos Deputados

Gabinete: 960 - Anexo: IV

dep.celsorussomanno@camara.leg.br